

--- Aos vinte e cinco dias do mês de Junho do ano de dois mil e dez, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, no Edifício do Auditório da Casa da Música, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Concelho de Óbidos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

--- Ponto número um – Período antes da Ordem do Dia;-----

--- Ponto número dois – Apreciação e Emissão dos Pareceres da Proposta de Recrutamento para ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal de dois mil e dez, nos termos dos números dois e onze do artigo vinte e três, da Lei número três B, barra, dois mil e dez, de vinte e oito de Abril;-----

--- Ponto número três – Apreciação e eventual aprovação definitiva da Proposta de Alteração do Regulamento Melhor Idade Rede Municipal de Centros de Dia e de Convívio, após discussão pública;-----

--- Ponto número quatro – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Revisão do Protocolo Estabelecido entre o Município de Óbidos e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Concelho de Óbidos;-----

--- Ponto número cinco – Apreciação e eventual aprovação da Proposta ao Pacto dos Autarcas – Compromisso para as energias sustentáveis e confirmação da designação do representante legal;---

--- Ponto número seis – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de delegação de Competências na OBITEC – Associação Óbidos Ciência e Tecnologia;-----

--- Ponto número sete – Parecer final e despacho referentes à acção inspectiva ordinária ao Município de Óbidos pela IGAL – Inspeção Geral da Administração Local, para os efeitos previstos na alínea i) do número um, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro;-----

--- Ponto número oito – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do município, de acordo com a alínea e) do número um do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro;-----

--- Ponto número nove – Período fora da ordem do dia – Intervenção do público.-----

--- Tendo-se procedido à chamada, verificou-se a ausência das Senhoras Deputadas Ana Catarina Brás de Carvalho e Ana Maria Ramos de Sousa, as quais foram substituídas pelos Senhores Deputados João Maria Gama Lourenço e José Pedro Rolim Horta, respectivamente, do Senhor Deputado João Manuel da Gama Lourenço, que foi substituído pela Senhora Deputada Gisela Pereira, dos Senhores Deputados Rogério Manuel de Sousa Pinto Correia e Luís Carlos Guimarães de Carvalho, os quais foram substituídos pela Senhora Deputada Ana Catarina Afonso e pelo Senhor Deputado Pascal Carvalho e do Senhor Deputado José Carlos Ribeiro Capinha.-----

--- Como havia quórum, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal leu a correspondência recebida, que foi a seguinte: Cartas de justificação de falta da Senhora Deputada Ana Maria Ramos de Sousa, e dos Senhores Deputados Rogério Manuel de Sousa Pinto Correia, Luís Carlos Guimarães de Carvalho, João Manuel da Gama Lourenço e José Carlos Ribeiro Capinha à presente sessão; Carta da Igal, sobre a inspeção ordinária do Município de Óbidos; Convite e agradecimento da IOM; Convite do Embaixador da República da Estónia; Carta da Associação Empresarial do Concelho de Óbidos, apresentando felicitação pela publicação do livro “Oeste e Futuro” e Carta de Luís Miguel Gonçalves Oliveira, informando que foi lançado o livro “As Artes na Educação: Contextos de Aprendizagem Promotores de Criatividade”. Esta correspondência foi posta à disposição dos Senhores Deputados, para consulta.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que receberam uma carta do Aces Oeste Norte, solicitando a designação de um representante da Assembleia Municipal, de acordo com o Decreto-Lei número vinte e oito, barra, dois mil e oito, artigo trinta e um, alínea b) para integrar o Conselho da Comunidade do Aces Oeste Norte.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal leu a proposta, que a seguir se transcreve: “Proposta de designação de representante do Município de Óbidos no Aces Oeste Norte – Vimos por este meio, e na sequência da alínea b) do artigo trinta e um do Decreto-Lei nº vinte e oito, barra, dois mil e oito de vinte e dois de Fevereiro, propor o nome de Joana Filipa Tavares Nunes, e como membro suplente, Sílvia Sara Sousa Saramago.”.-----

--- Posta a proposta a votação secreta, foi a mesma aprovada por maioria, com vinte e três votos a favor, um voto contra, um voto nulo e um voto em branco. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que tinham três actas para aprovar.-----

--- O Senhor Deputado Custódio Santos disse que só foram entregues agora, não teve tempo para as apreciar, pelo que não está em condições de as aprovar.-----

--- A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que não teve tempo de ler as actas. Gostaria que fossem votadas na próxima sessão da Assembleia Municipal.-----

--- O Senhor Deputado José Botelho disse que não tem nada a opor que possa ser melhor digerido. É de registar o esforço feito pelos serviços da Câmara Municipal, no sentido de apresentar as actas à Assembleia Municipal.-----

--- O Senhor Deputado Custódio Santos disse que não foi esforço nenhum, porque deviam aprovar a acta da sessão anterior. Foi presente uma acta do mandato anterior, que não tinha nada a ver com ele, porque ainda não era Deputado. A acta anterior deve ser aprovada na sessão seguinte.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que as actas vão ser apreciadas e votadas na próxima sessão da Assembleia Municipal.-----

--- PONTO NÚMERO UM – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: - O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal leu a proposta, que a seguir se transcreve: “O Grupo Parlamentar do PSD vem por este meio propor um voto de pesar pelo falecimento de Maria Antónia Pedras, irmã de Victor Manuel Leal Pedras e Hernâni José Leal Pedras, estimados colegas de bancada.”.-----

--- Posta a proposta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade. Foi guardado um minuto de silêncio em memória da falecida.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal leu a proposta, que a seguir se transcreve: “Voto de Louvor – Proposta – Tendo tido conhecimento da atribuição à funcionária da Câmara Municipal de Óbidos, Susana Nobre, do Prémio Ideia Simplex dois mil e dez, no concurso promovido pela Secretaria de Estado da Modernização Administrativa, vêm os seguintes deputados municipais propor a atribuição de um voto de louvor pela Assembleia Municipal de Óbidos.”.-----

--- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, disse que está em representação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, em virtude de o mesmo se encontrar de férias. Relativamente ao voto de louvor, a que a Câmara Municipal também se associa, porque é da mais elementar justiça este voto. Acompanhou, de perto, a Dr. Susana Nobre e a forma como desempenhou, e continua a desempenhar, as suas funções, em nome da modernização do Concelho de Óbidos. É da mais elementar justiça, a Câmara Municipal também se associar a este voto de louvor.-----

--- Posta a proposta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- A Senhora Deputada Anabela Corado chamou a atenção para o facto de todos os anos as actividades de enriquecimento curricular, na área de música, fazerem um concurso entre todos os meninos do Concelho. Fazem uma festa de encerramento no Auditório e, nessa festa de encerramento, é atribuído um prémio aos melhores alunos. É também atribuído um prémio ao melhor aluno de cada Freguesia. No ano passado foi, segundo os responsáveis deste projecto, solicitado que cada Junta de Freguesia contribuísse com um instrumento para oferecer à criança daquela Freguesia. No caso concreto de A dos Negros, quem ganhou o instrumento foi uma menina que não tinha hipótese de o comprar e tem muito jeito para a música. Este ano, só a Junta de Freguesia da Usseira respondeu a esse repto. Vieram cá, pessoalmente, entregar o instrumento. Um instrumento, excepto se for muito complicado, também não é assim tão caro. Muitas vezes as crianças, e até os próprios pais, sentem-se incentivados a irem aprender música, contribuindo para a formação dos alunos. Alertou os Senhores Presidentes de Junta para a necessidade de colaborar com todas as actividades educativas, sejam elas, ou não, só dinamizadas pela Câmara Municipal.-----

--- A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues saudou mais uma edição do Junho das Artes. É uma grande admiradora deste evento. Este tipo de iniciativas são aquilo que se deve fazer e são de louvar. Trazem aquilo que há de melhor na produção artística nacional. Fazem vir Óbidos no mapa pelas boas razões. Não se cansa de saudar a iniciativa, de saudar o jornal que é distribuído, que é notável. Toda a divulgação é pouca para aquilo que de melhor se faz em Óbidos, na sua opinião. Viram na imprensa nacional, e também local, uma informação acerca da intenção de extinguir as empresas municipais e eventualmente criar uma fundação. Lamenta que este tipo de discussão vá primeiro para a praça pública, aos jornais, do que à sessão de Câmara e à Assembleia Municipal. É uma questão interna do Município, dos seus órgãos, dos órgãos autárquicos. Devia ser primeiro ponderada internamente, e só depois levada para o exterior. Acha um bocadinho deselegante. Têm sublinhado ao longo dos anos que acham um disparate a coexistência das duas empresas municipais. Acharam sempre que deveria ser reestruturado o modelo. Desse ponto de vista fica contente, porque embora com algum atraso, seja reconhecido que este modelo está esgotado e que existem outras formas de gerir. Relativamente à solução funcional, acreditam que a Câmara Municipal, ou o Município, vai estudar a fundo esta matéria, porque, obviamente, não será uma decisão tomada de ânimo leve. Têm muitas dúvidas sobre a solução jurídica. Têm dúvidas sobre o modelo de funcionamento. Têm dúvidas, na prática, como é que se vai processar esta extinção das empresas e o que é que transita para a fundação. Se são os activos e os passivos, ou como vai ser feito. Aguardam com toda a tranquilidade que a Câmara Municipal estude este assunto com grande profundidade e que venha à Assembleia Municipal uma proposta sustentada e sustentável.-----

--- O Senhor Deputado Victor Mata disse que não teve conhecimento do evento referido pela Senhora Deputada Anabela Corado. Houve, talvez, uma falha de comunicação. A Junta de Freguesia de A dos Negros está sempre presente em eventos desta natureza. Ficou bastante surpreendido com esta questão, à qual é totalmente alheio.-----

--- O Senhor Deputado Custódio Santos disse que queria solicitar um minuto de silêncio e um voto de pesar pelo falecimento do seu amigo José Russo, bem como pelo falecimento de José Saramago, prémio Nobel da Literatura. Disse que existem estradas em mau estado. Vedações das fazendas a ocuparem a via pública. Falta de raide de vedação da entrada da ponte da estrada da Capeleira, do lado direito. O Quintal do Banco Espírito Santo está num estado que pode pôr em risco os moradores da zona. Existe uma parte municipal, por detrás do referido banco, que está no mesmo estado. Ruas sem nome e casas sem número de polícia. Não existe vigilância na praia do Bom Sucesso. Para quando o parque infantil no Bairro da Senhora da Luz. Urbanização Ribeira D'Além, no Bairro da Senhora de Luz e conclusão dos passeios? Perguntou o que

pensam das empresas municipais. O canil municipal está fechado, por falta de funcionário. Precisa de saber o que se está a passar, porque existem muitos cães abandonados.-----
--- O Senhor Deputado José Botelho disse que queria congratular-se com coisas boas. Foram feitos alguns registos de alguma tristeza. Parece-lhe que, nalguns casos, são mais motivos de alegria. É o caso que a Senhora Deputada Anabela Corado trouxe. Todos apoiam e enchem-se de orgulho em ver as crianças do Concelho a aprender música, num trabalho que tem sido desenvolvido pela Academia da Música. É bonita a ideia de conceder um prémio aos nove magníficos, a cada um dos melhores estudantes de música, por cada Freguesia. Isso é bom e ficam todos muito satisfeitos. Não existe capacidade financeira nas Freguesias para atribuir prémios desta natureza, que são incentivos e encorajamento. Poderia atribuir-se prémios simbólicos, como, por exemplo, diplomas. Não é bom estarem a fazer registos de tristeza, nem fica bem, fazer remoques às Freguesias, por terem decidido uma coisa e não terem cumprido. Aquilo que é dado como um compromisso e acordo entre todos, é coisa que não se chegou, sequer, a concretizar. É sempre bom fazê-lo mais tarde, do que não fazer. É um bom desafio e espera que as Freguesias respondam da melhor maneira, mas com as limitações que têm, nem que seja ponto de vista simbólico. Não vai ser feita discussão nenhuma sobre os modelos de organização e funcionamento dos serviços municipais com personalidade jurídica. Todos têm capacidade de reflectir, sempre declararam as suas intenções, relativamente aquilo que é a abertura de cada elemento procurar os melhores termos, as melhores soluções de organização e funcionamento dos serviços camarários. Portanto, não existe nenhuma discussão fora do sítio. O que existe é uma liberdade de expressão e de comunicação com os Municípios, no sentido de dizer quais são as preocupações e as intenções que há. Nesta história é bom que se reflecta, que se pense, não só nos modelos, organização, funcionamento e soluções jurídicas, mas em quais são as áreas, hoje, na Câmara Municipal, os serviços que o Município presta, que estando estrangulados pela contabilidade pública, que cada vez mais asfixiante se vai tornar, por força das regras, em que se torna conveniente, e mesmo por vezes necessário, e aquelas que se podem projectar estrategicamente já no futuro, subtraí-las à rigidez das regras da contabilidade pública e terem natureza de direito público com personalidade jurídica. E quais são as áreas. O desporto, os eventos, a qualificação, a reabilitação, o estímulo do mercado imobiliário, a educação. Hoje são cada vez mais acrescidas as responsabilidades que o Município tem, com as obras dos dois grandes complexos educativos. Essa reflexão deve ser feita mais orientada para a substância daquilo que está na análise das soluções que são de necessidade, do que propriamente a questão formal, se é um instituto público, se é uma associação pública, se é uma fundação, ou se é uma empresa pública municipal. As diferentes soluções que existem carecem de uma votação prévia. Quais são, estrategicamente as áreas que vão ter mesmos de fazer, libertando e potenciando o funcionamento e a prestação de serviços que é feita às populações, como o Óbidos Criativa, o Crescer Melhor, e enquadrá-los estrategicamente nos serviços que o Município deverá fazer e, mais do fazer, afinarem a discussão. Se em função daquilo que for entendido como indispensável isolar na flexibilização das regras da contabilidade pública, então vai ser preciso para o desporto, para os eventos, para a requalificação urbana, para o mercado imobiliário, para a nova configuração dos serviços de ensino, que estão a ser a feitos, para os apoios sociais, que nestes programas todos estão a ser feitos às populações. Como se vai enquadrar isto tudo, é grande aposta que está a ser feita no plano municipal, mais aquelas iniciativas de natureza de dinamismo e de identidade empresarial, que também merecem outro tipo de enquadramento. O que temos hoje, e é do passado, é o desporto, os eventos, a requalificação urbana e intervenção no mercado para estimular o mercado imobiliário da construção e a sua racionalização. Hoje os desafios são outros, esses já existem, podem ser arrumados desta ou de outra maneira e estão a ser respondidos. Mais do que isto é aquilo que está no futuro e que está a ser feito. Os programas

de apoio social, seja na educação, na saúde, na terceira idade, no apoio a iniciativas empresariais de natureza elevadora, mais a questão do parque de ciências e tecnologia, enfim, todas as novas apostas que estão ser feitas pelo Município, com políticas que não existiam anteriormente, como é que vão ser, estrategicamente, enquadradas na prestação de serviços do Município. Seria bom, focarem-se nessa base, para efeitos de discussão, que é uma discussão pública, que não tem que ser formal. Mais remoques ainda do Senhor Deputado Custódio Santos. Ficou com interesse em saber pormenores sobre a situação, porque desconhecia. Se a praia do Bom Sucesso tem, ou não tem, este ano, um corpo de segurança. A bancada do PSD associa-se ao voto de pesar de José Russo, muito pelo facto de ser avô da Senhora Deputado Anabela Corado. Também se associam ao voto de pesar pela morte do prémio Nobel da Literatura, José Saramago. Deu nota à Assembleia Municipal que foi atribuído ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, pela Gesventure, o prémio autarca empreendedor do ano de dois mil e nove. É um prémio importante, atribuído em vinte e seis de Maio. O fundamento do prémio assenta em cinco conjuntos de realizações, que são também muito aquilo que são as actuais e novas políticas da Câmara Municipal, que se não baseiam só naquela resposta às situações de hoje, mas baseados no futuro, naquele binómio infra-estruturas e equipamentos colectivos. É feito sobretudo por cinco razões, que são o Óbidos Criativo, o Parque Tecnológico, os eventos, o novo conceito de desenvolvimento turístico com empreendimentos de excelência e outro. É um prémio para todos, relativamente a estas novas políticas, que desde há oito anos são desenvolvidas, não existindo anteriormente, e corresponde a uma linha de actuação no plano do desenvolvimento e do bem-estar autárquico de terceira geração. Propôs um voto de louvor, de reconhecimento, de congratulação, pela atribuição deste prémio ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

--- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que o Senhor Deputado, de uma forma genérica, já respondeu à questão da Senhora Deputada Anabela Corado. É injusto, de alguma maneira, pontuar a atitude das Juntas por uma única questão. O executivo local, no decorrer dos mais de duzentos dias de escola, tem tido um papel de apoio, de retaguarda, de grande disponibilidade às necessidades que a própria Câmara Municipal tem, que a própria comunidade educativa tem, que os próprios pais têm. Fazer um juízo sobre esta questão, acha que analisar o periférico e não avaliar a substância. Regozija-se com a intervenção da Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues, relativamente ao Junho das Artes. Este ano tem o seu auge em termos de número de participantes e de criativos, que tem aumentado. Nota-se que existe uma dinâmica de evolução. Estão a terminar o Junho das Artes e os criativos já estão a trabalhar no próximo ano, com peças para mostrar. Óbidos, conseguiu captar a atenção de muitos dos criativos do País, e de alguns internacionais, como uma referência, para poderem colocar aqui o seu talento. O que achava que era interessante discutir era quais são as grandes áreas que podem colocar dentro deste veículo. Qual é a estratégia da fundação, e depois perguntar, porquê a mesma. Lembrou que as empresas municipais deste País, têm sido alvo de grande perseguição. Objecto de fortes críticas, de muitas regras e desde o momento em que criaram as empresas municipais, até hoje, desafia os Senhores Deputados a verem as alterações legislativas que existiram por força daquilo que entenderam que o conjunto das empresas municipais, eram uma espécie de saco azul das Câmaras Municipais. Eram uma forma de desorçamentação das Câmaras Municipais. É óbvio, que olhando para o País, têm bons e maus exemplos. Têm exemplos de empresas que por cada euro do orçamento da Câmara Municipal, conseguem reproduzir em três euros e meio, como é o caso das da Câmara Municipal de Óbidos, e têm exemplos que com três euros e meio, conseguem gerar dez ou quinze euros de défice. A verdade porém é que as empresas da Câmara Municipal, não se circunscrevem neste último figurino. Compreendem que o legislador tivesse essa preocupação. O que leva o Senhor Presidente da Câmara Municipal a ter que responder na comunicação social ao trabalho que estava a ser feito, resulta de um ataque da Administração

Central às empresas, muito na lógica da discussão de que deviam de acabar com as empresas. Obviamente, o Senhor Presidente da Câmara Municipal também assumiu que, efectivamente, concordava com o fecho das empresas municipais, aquelas que na sua prestação de contas contribuem para esta má imagem, e aquelas empresas que com os tais três euros conseguiram ainda gerar défices. Esta temática não é nova. Ela foi discutida logo na primeira reunião, a fundação. Perceberam que as empresas municipais perderam a capacidade que tinham de gerir com uma outra celeridade, com uma outra agilidade e com mais rapidez. Os processos tornaram-se em autênticas Câmaras Municipais. As regras hoje não são diferentes de uma Câmara Municipal. Esta questão fá-los pensar se valeria a pena ter estes instrumentos como veículos de dinamização económica, ou não. Tendo Óbidos uma estratégia muito clara para a criatividade, onde estão colocadas as escolas, onde estão colocados os eventos, onde está colocada a questão da sustentabilidade. São três grandes áreas que têm grande necessidade de agilização muito rápida. Têm que criar um instrumento que lhes permita andar a velocidades diferentes. A fundação é um instrumento possível, que terá que ser maturado. Vão ter que ponderar sobre as empresas, porque há uma delas que tem candidatura ao QREN e que tem de ser observado se podem, ou não, extinguir em face desse contrato que têm. Existe um conjunto de questões de pormenor que terão que discutir. O Senhor Presidente da Câmara Municipal, esta Câmara Municipal e os Senhores Vereadores não fazem o que outros fazem, que é assumir coisas para a comunicação social e depois em sede de reunião dizerem, ou de procurarem incriminar outros Vereadores, outros companheiros, de que talvez tenham sido eles elementos de fuga de informação. Mentir, o Senhor Presidente da Câmara Municipal não mente. Percebe a manobra, procurando até refutar algum exercício que tem sido feito nesta matéria, mas não reconhece ao Senhor Vereador José Machado e ao PS atributos para lhes virem cobrar ou dizer que o Senhor Presidente da Câmara Municipal primeiro falou num lado e depois falou no outro. É verdade, não assumem. Nunca fizeram foi passar informação e dizer não passaram, inclusive incriminar terceiros. Esse é um assunto que tem que vir, obviamente, à Assembleia Municipal, que tem que ser discutido, na substância, depois na forma. A seu tempo, e depois de continuarem a trabalhar sobre esta matéria, darão os devidos esclarecimentos. Quanto à intervenção do Senhor Deputado Custódio Santos, agradece as chamadas de atenção. Já por várias vezes, o Senhor Presidente da Câmara Municipal lhe disse que para resolver estas questões não é preciso vir à Assembleia Municipal. Têm todo o gosto e toda a disponibilidade de o receber na Câmara Municipal, para os chamar à atenção para estas questões para tentarem resolver. Quanto às condições de segurança na praia do Bom Sucesso, não é verdade o que disse, quando assumiu que há falta de vigilância e de segurança. Houve, como sabe, e aprovou, uma concessão. A pessoa que ganhou a concessão, concorreu à capitania e tem, hoje a obrigação, de fazer um exercício da vigilância da praia. Está, para além disso, com o apoio de praia desde quarta-feira aprovado, que foi objecto de vistoria por parte da ARH e das demais entidades. Para além de terem as condições de segurança, vão ter o apoio de praia a funcionar, com restaurante, com todas as condições de segurança, como, aliás, nunca tiveram. De alguma maneira foi aqui, de uma forma superficial, dito o que pensam em relação às empresas municipais, como instrumento para levar para diante o desenvolvimento económico deste Concelho. Se tivessem as condições que tinham quando iniciaram as empresas municipais, não estariam hoje a mexer nas empresas municipais. Isto não é, ao contrário do que possam querer fazer passar, que afinal vem dar razão, porque estão a confundir as empresas. Não estão a falar de fusão de empresas, nem na extinção, na totalidade, das empresas, porque existem coisas que ainda não são líquidas. O canil municipal esteve fechado por um surto de uma doença que surgiu no mesmo, e que por força da segurança e da não contaminação de outros animais, teve que ficar encerrado. Vem à Assembleia Municipal uma proposta sobre pessoal, e nessa altura poderá manifestar o seu regozijo pela abertura do

canil municipal, ou, diria, em mantê-lo aberto. Se não aprovarem esta proposta correm o risco de não terem veterinário municipal e por isso, sem condições para ter um canil municipal.-----

--- O Senhor Deputado João Maria Lourenço disse que na Assembleia Municipal, realizado em Fevereiro do corrente ano, foi votado e aprovado a alienação em hasta pública de dois terrenos sitos na Porta da Vila. Nessa proposta, que foi aprovada, o Grupo Parlamentar do PS votou contra, basicamente por duas razões. Não havia o parecer do Igespar e o local não era o mais adequado para se fazer uma operação de loteamento. A primeira decisão do Igespar foi de não aprovar este loteamento. Na altura foram acusados de serem saudosistas, de não quererem o progresso, de não quererem alterações na Vila. Leu algumas partes do parecer do Igespar. Existe um desajuste entre a ideia que a Câmara Municipal tem e o que foi a primeira opinião do Igespar sobre esse loteamento, que lhe parece, claramente, desajustado. Foi feita a hasta pública e foi vendido um dos lotes. Pode ser relevante, ou não, verão o que acontece.-----

--- O Senhor Deputado Custódio Santos disse que o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal não explicou a situação do quintal do Banco Espírito Santo e da área da Câmara Municipal que fica por trás do Banco. Está cheia de erva seca, que mete em perigo os moradores. Gostava de saber se o empreiteiro da obra da estrada dos Casais Brancos à Gracieira fugiu, ou se faliu, porque a estrada continua precisamente na mesma.-----

--- A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues, sobre as empresas municipais, disse que lamenta que tenha ido primeiro para a imprensa do que discutido na Assembleia Municipal. Disse que, embora tardiamente, parece que estão a dar razão às críticas repetidas que as empresas municipais não serviriam, de todo, a ter os fins que se destinam. Reconhece que as alterações legislativas foram no sentido de transformar e dificultar a vida às empresas municipais. Isso pode ter duas leituras. Existem muitas situações em que desaparece o endividamento, entre outras. Ao tornar mais transparentes estas regras, por um lado dificulta o funcionamento da empresas municipais, mas por outro lado, é evidente, que se torna mais transparente aquilo que eram os endividamentos autárquicos no seu global. Portanto, estão todos de acordo. É evidente que se limita a actividade das empresas municipais. Tem toda a esperança e toda a convicção que o Executivo Camarário, que tem dado provas de competência e está assessorado por imensa gente, com certeza que vai encontrar um modelo adequado para a fundação. Não é primeira vez que é feita, directa, ou indirectamente, uma crítica ao Senhor Vereador José Machado. Certamente houve algum equívoco nas relações, porque o Senhor Vereador José Machado é alguém cuja postura humana e ética, fica acima de qualquer dúvida. Não pode admitir, não pode tolerar que seja feita a crítica forte que foi e desejar que tomaríamos todos, que as pessoas no seu conjunto, Munícipes deste Concelho e cidadãos deste País, tivessem, no seu dia-a-dia, no seu comportamento pessoal, profissional e humano, a postura que Senhor Vereador José Machado tem. Tem mais confiança no Senhor Vereador José Machado e no seu comportamento, na postura ética e intransigência moral, a todos os níveis, do que em muitas outras pessoas e se calhar até em ela própria, em alguns momentos. Qualquer tipo de crítica do cariz que fez, resvala na couraça da sua indiferença, e não lhe reconhece atributos para fazer esse tipo de críticas ao Senhor Vereador José Machado.-----

--- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que aquilo que esta Assembleia Municipal deliberou aprovar, a hasta pública, nas condições dizia que não haveria direito a qualquer indemnização por força da reprovação do licenciamento do loteamento. Vir aqui procurar assustar e não vamos tomar decisões, vamos esperar que tudo esteja bem feito e tudo feito, para depois fazer. Compreende a estratégia do PS, mas a população pediu para a Câmara Municipal fazer, não foi para esperar, nem para fazer render o peixe. Esta é a diferença de estilo. A Câmara Municipal não incorre em qualquer incumprimento, se por qualquer razão existir uma entidade que diga não aquele loteamento. O Senhor Deputado leu um parecer do Igespar a que a

Câmara Municipal e o Senhor Vereador José Machado tiveram acesso, mas houve uma reunião no passado dia dezassete e essa questão foi ultrapassada. Todas as dúvidas de enquadramento, todas as dúvidas que os Senhores tinham foram dirimidas.-----

--- A Senhora Vereadora Rita Zina disse que o que foi aprovado pela Câmara Municipal não foi o loteamento. Era bem claro em todas as peças daquele procedimento, que não estavam a aprovar o loteamento, porque não havia ainda condições para isso, estavam a dar conhecimento à Câmara Municipal de uma solução de desenho urbano que estava em desenvolvimento. O parecer é sobre uma etapa de desenvolvimento do projecto que está ultrapassada. Essencialmente o parecer foi elaborado por se considerar que eram necessários mais elementos. Como o trabalho não estava parado, quando receberam o parecer, já tinham muito mais elementos para apresentar. No próprio dia em que o parecer chegou, telefonou para marcar uma reunião. Assim que ela foi possível, foram lá e entregaram o novo processo. As dúvidas fixaram totalmente esclarecidas com os elementos que enviaram. A questão, a curto prazo está ultrapassada.-----

--- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que o Banco Espírito Santo será notificado para limpar o quintal e a Câmara Municipal irá proceder à limpeza do seu terreno. Em relação à estrada disse que a obra estava em garantia e o empreiteiro tinha que proceder à reparação da respectiva estrada, mas com condições do tempo que o permitissem. Era necessário passarem as chuvas para reparação da mesma. Estão nessas condições. Já foi comunicado ao empreiteiro. Está disponível, não falia, não se foi embora. Estão reunidas todas as condições. A Senhora Deputada Cristina Rodrigues fica sempre muito irritada quando se diz algumas coisas, mas fala, tem que ouvir, não pode só falar. A democracia é isso mesmo. Tem que ouvir também aquilo que não gosta. Quando diz que o Senhor Presidente da Câmara Municipal faz aquilo que não deve, ele também lhe mostra que o Senhor Vereador José Machado mandou um comunicado para o Jornal das Caldas a respeito do posto de abastecimento de combustíveis, tendo, depois, afirmado que não o tinha feito.-----

--- O Senhor Vereador José Machado disse que relativamente aquilo que o Senhor Vereador Humberto Marques disse, está equivocado. O que ele disse não corresponde à verdade dos factos. A verdade dos factos é simples. Existe uma divergência natural de opinião, quanto ao local para pôr as bombas de gasolina. Entende, maioritariamente o PSD, oficialmente o PSD, porque pensa que nem todas as pessoas do PSD têm essa ideia, que o melhor sítio é junto à escola Josefa de Óbidos. Outros, toda a oposição, muita gente da população, entende que é uma escolha infeliz. Não é o único defensor de que aquela é uma má solução. É a maioria das pessoas. O PS, partido que tem o direito de fazer um comunicado, manda para a imprensa, manda para a Gazeta das Caldas. Na Gazeta das Caldas poderá ser provado quem mandou para lá a notícia, não foi ele. Depois, têm a gentileza de lhe dar conhecimento desse comunicado que a Gazeta das Caldas publicou. Posteriormente a isso, é-lhe pedido que encaminhe aquele comunicado para o Jornal das Caldas. Acedeu a isso. A pessoa do PS de Óbidos que tinha mandado para a Gazeta das Caldas esqueceu-se, na altura, de mandar para o Jornal das Caldas, ficou ausente da zona do seu computador, e pediu-lhe para ele fazer esse envio. Reencaminhou, o Jornal das Caldas pode confirmar, a pedido do PS de Óbidos, para o publicarem, se assim o entenderem. O Jornal das Caldas entendeu solicitar à Câmara Municipal o contraditório, para dizer qual era a opinião que tinha a esse respeito. Quando lhe foi perguntado, em reunião de Câmara, quem tinha enviado a notícia, disse que a notícia, em primeira mão, foi enviada para a Gazeta das Caldas, pelo PS de Óbidos, tendo-lhe depois sido pedido, para o caso específico do Jornal das Caldas, por ter havido um lapso, que reencaminhasse, porque costuma dar conhecimento desses comunicados. Esta é a verdade dos factos, o resto são confusões do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, e de mais duas ou três pessoas.-----

--- O Senhor Deputado José Botelho disse que houve uma acesa troca de alfinetadas, tipo agulha comprida, e não seria mau tentarem moderar o debate. A resposta do Senhor Vereador José Machado, pessoa que se habituou a respeitar, pela sua integridade, dignidade de carácter e pela sua generosidade, foi infeliz. Seria bom que se evitasse estes aquecimentos que, retirados do contexto, podem parecer que estão aqui a tratar de questões de natureza pessoal. A defesa da honra não serve para introduzir novos temas fora da ordem dos trabalhos. Não compete aos membros que não fazem parte da Assembleia Municipal introduzir novos temas, e um tema a falar dos argumentos a favor e contra. Antigamente não havia o PDM, em termos de desenvolvimento urbanístico do território. Não temos, no PDM, sítio nenhum, para pôr na sede do Concelho bombas de gasolina. Durante anos, existia um contrato verbal, celebrado entre a Autarquia e a actual concessionária das bombas de gasolina, contrato que toda a gente procurava e não encontrava, e que a gestão socialista, durante dezenas de anos, nada fez para verificar em que termos estava ali concessionada a bomba de gasolina. Veio-se a descobrir e a saber que o contrato era verbal e que o actual concessionário pagava sessenta, ou seiscentos euros, não se recorda bem, por ano, à Câmara Municipal. O concessão das bombas de gasolina é de utilidade pública e é em locais públicos. Pagam às Autarquias uma contrapartida de localização e prestação de serviços aos Municípios, que é a licença. Era suposto que elas existissem para financiar a própria capacidade que o Município tem de prestar serviços aos munícipes. Há necessidade de requalificar aquele espaço. Fez-se um concurso para concessão de uma bomba de gasolina, que no PDM constava equipamentos, sendo por isso possível fazê-lo na A oito e na sede do Concelho. Exigiram-se quinhentos mil euros pela contrapartida da concessão. O mérito desta solução, desta decisão, desta iniciativa, é grandíssimo. Ela vai ser feita de acordo com as regras de segurança que hoje existem. Foi uma boa decisão. O que estava em causa era a casa do Tenente Coronel Justino Moreira, que foi à venda. Pôs-se a questão de poder ser comprada por um particular, ou a Câmara Municipal avançava para a sua aquisição, o que acabou por acontecer. Tinha que se aproveitar aquele espaço para não deixar, que um dia mais tarde, fossem feitas urbanizações em altura. O que se fez, foi um pequeno loteamento, que é de interesse municipal. O que o Igespar fez, foi uma análise preliminar e um parecer prévio. O Município respondeu ao parecer e esclareceu as dúvidas suscitadas. O parecer prévio pronunciava-se negativamente pela falta de elementos, de informação. Não é bonito virmos com documentos internos, para a Assembleia Municipal, debatê-los e discuti-los.-----

--- A Senhora Deputada Anabela Corado disse que para haver uma hasta pública, supõe-se que exista um loteamento, que ainda não estava aprovado e, portanto, não existia. Era necessário um parecer preliminar do Igespar, ou seja, o processo nem sequer poderia ter sido iniciado sem esse parecer, seja ele vinculativo, ou não. Como o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que a mesma não espera que esteja tudo perfeito para andar, vai-se andado, leva-se as coisas à Assembleia Municipal, faz-se a hasta pública de um loteamento que ainda não existe, ainda não está aprovado e o documento prévio, que deveria permitir o início de todo o processo, não existe. Se o parecer final não for positivo, como é que fica a situação das pessoas que compraram o lote. Não está a ver que alguém, na sua plena sanidade mental, e tendo em conta os valores que estão envolvidos, fosse comprar um lote de terreno naquele valor, conhecendo todos os meandros exactos do negócio e da falta de aprovação. Ou é alguém mal informado, ou é alguém que tem outras informações que a Assembleia Municipal não tem. Trata-se de uma questão de legalidade da actuação da Câmara Municipal, a que todos estão obrigados, independentemente da bancada, dos cargos que ocupam e dos partidos a que pertencem.-----

--- O Senhor Deputado Victor Mata disse que as obras da albufeira do Arnóia estão rigorosamente na mesma. Sabe que a responsabilidade dos Governos e do Ministério da Agricultura. A Câmara Municipal poderá também ter alguma culpa. O povo acusa muitas vezes

a Junta de Freguesia de que não faz pressão, não tendo a mesma culpa de nada. Estão a ser acusados injustamente. Esta obra é importante e tarda em ser concretizada. Não podem pensar só no sistema da rega, mas em tudo o que não está feito e que ficou prometido. A albufeira está poluída. Quem é o responsável pela poluição, quem é que intervém? O Ministério da Ambiente, a Câmara Municipal o Ministério da Agricultura. Ninguém está a fazer nada sobre isso. A iluminação da ponte está na mesma. Está tudo às escuras. Estão à espera que alguém caia lá dentro, para depois resolverem o problema. Os raides de protecção não existem. Estradas para propriedades que ficaram sem acesso, continuam a não existir. Os agricultores queixam-se e ninguém faz nada. Se a albufeira subir, há localidades que ficam sem comunicação, porque as estradas de acesso ficam submersas, casos de Casal da Areia e Quinta do Carvalhedo. Quando é que se resolve esta situação? Todos os anos assistem ao despejo da albufeira. Fica uma paisagem feia, degradada, vendo-se a poluição que existe na mesma. Perguntou quem era responsável pela despoluição da albufeira, para quando está previsto o fecho da barragem e se existe alguma regulamentação sobre a poluição da água da albufeira.-----

--- A Senhora Deputada Sílvia Saramago disse que a reunião de Câmara a que o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal aludiu, foi uma reunião de Câmara descentralizada em Gaeiras, aberta ao público. Como Munícipe e residente em Gaeiras, esteve presente. Não pondo em causa o carácter do Senhor Vereador José Machado, o que assistiu ali, foi uma cena de mau gosto, independentemente de quem mandou o email, ou de que computador.-----

--- O Senhor Vereador José Machado pediu a defesa da honra, porque está a ser uma ofensa à sua honra. Se o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal não lhe dar a possibilidade de defesa, terá que abandonar, porque não existem condições mínimas democráticas. Pensa que o bom senso do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal levará a que a verdade deste facto possa ser reposta e que seja impedido de ser feita uma calúnia falsa. Isto é um ataque político e pessoal, ordinário e baixo.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal apelou ao bom senso das partes. Não é uma prática que utilizam muito, quer neste mandato, quer no anterior, interromper quando outros estão no uso da palavra. Por muitos motivos que possam ter de não concordarem com aquilo que estão a ouvir, a democracia também tem a ver com isso. É saber esperar pela nossa vez, em silêncio e com respeito por aquilo que estão a ouvir. Este órgão tem procurado respeitar na íntegra as disposições legais e regimentais aplicáveis em vigor. Há um tempo próprio para as pessoas se inscreverem, há um tempo próprio para as pessoas usarem da palavra. O Senhor Vereador José Machado sabe que não é obrigatório a Mesa dar-lhe logo a palavra. Para procurarem o esclarecimento, deu-lhe, em nome da Mesa, a palavra, antes de outros membros desta Assembleia Municipal, que já estavam inscritos, e podia ter dado a palavra, como era de bom-tom e bom senso, depois do término das intervenções, e antes do uso da palavra do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal. A Mesa procura que as coisas corram com o bom senso, que é algo que não se pode comprar. Ou se tem, ou não se tem. Não são as leis, nem os regulamentos que dão bom senso, nem o impõe. Pediu à Senhora Deputada Sílvia Saramago para continuar no uso da palavra, independentemente de gostarem, ou não. Está a utilizar um direito que o regimento lhe confere, inscreveu-se, aguardou, está a usar da palavra. Existem outros inscritos e o Senhor Vereador José Machado já aqui mostrou a sua indignação pelo que está a ouvir, mas quem, na vida política, não se sentiu já indignado. Apelou também ao seu bom senso. Não podem exigir regras, só quando dão jeito, e pedir a violação das regras, outras vezes. Apelou ao bom senso das partes e já ultrapassaram em muito o tempo previsto no regimento, para o período antes da ordem do dia.-----

--- A Senhora Deputado Sílvia Saramago disse que estava presente na sala, quando aconteceu a situação, que tantas palavras têm suscitado. O Senhor Vereador José Machado disse “não, não, o

Senhor Presidente mande investigar, porque por certo terá sido algum dos seus colegas de vereação, ou, inclusivamente, algum dos funcionários da Câmara Municipal, que terá sido o autor do envio da email”. Repetiu isto mais de dois vezes. Pensa que não há nada mais a dizer sobre isto. Isto aconteceu, estava lá e presenciou.-----

--- O Senhor Vereador José Machado disse que é lamentável que, como cortina de fundo, para tapar o recuo que vai acontecer das bombas de gasolina não irem para o sítio onde a posição oficial do PSD cria, se arranje aqui um caso, porquanto a fugas de informação, deu exemplos de várias e que foram da área do PSD. A Senhora Deputada Sílvia Saramago devia ler essa acta e o que disse foi que não foi ele que desencadeou esse comunicado. O comunicado foi redigido pela concelhia do PS, à qual não pertence. Por deferência habitual, quer a anterior, quer a actual concelhia do PS, dá-lhe conhecimento dos comunicados quando envia para a imprensa. A concelhia do PS, através da Dr. Maria Cristina Rodrigues enviou directamente para a Gazeta das Caldas e outros órgãos e esqueceu-se, por lapso, de enviar para o Jornal das Caldas. Quando se apercebeu disso, e não estava junto ao computador, telefonou-lhe, e pediu-lhe o favor de o enviar para o Jornal das Caldas. Fez isso. O que disse e o que mantém é que não é o autor, nem foi ele que fez, em primeira mão, a divulgação à imprensa. Estes são os factos. Há um nervosismo grande e compreensível, por quererem estar a pôr as bombas de gasolina no sítio, onde, segundo o seu entendimento, e de muitos técnicos, constituiria uma violação do PDM. Lealmente, alerta a Câmara Municipal para que não caia nesse erro. Então, surge aqui um caso, que é lamentável. Tem consideração pessoal pela Senhora Deputada Sílvia Saramago, mas ela aqui está equivocada.-----

--- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que no programa de concurso da hasta pública, ponto número dezassete, lê-se que o adjudicado provisoriamente, quer dizer que não é definitivo. Lembrou que no extracto das plantas estão os condicionantes. Os condicionantes são os que referiu. Não existe qualquer processo ferido de ilegalidade. Foi feita uma candidatura em Outubro do ano passado, para terminar as obras da albufeira do Arnóia. Vão com quase metade do QREN feito, em termos de tempo, e com a execução que conhecem, cerca de cinco, virgula seis por cento. Esta candidatura, como a outra candidatura que foi feita para as infra-estruturas da rede de rega, parada, ou seja, é preciso uma reprogramação do Proder para que as candidaturas aprovadas tenham a sua eficácia do ponto de vista da execução. Enquanto estas teias não se desembrulharem, andam aqui, com a tristeza e com a angústia, de ver as coisas, de ter que responder às pessoas, porque não sabem e entendem que a responsabilidade é da autarquia mais próxima, a Junta de Freguesia, ou da Câmara Municipal. O despejo da albufeira resulta de várias condições. Resulta da taxa de renovação da água, que é menor. O fluxo de entrada é menor, o de saída é constante. Não permite fechar, porque o dispositivo de segurança, ainda não foi aprovado pelo Inag. Não existe possibilidade de fechar sob pena de estarem a violar as normas de segurança daquele açude. Acresce a possibilidade de todos os proprietários a jusante da barragem poderão desfrutar desta mesma água para regadio durante esse tempo. Basta para isso manter o caudal constante e aberto. A poluição resulta de alguns focos que têm sido identificados e localizados. Houve uma grande preocupação com o antigo aterro das Gaeiras que tinha detritos a correr para a barragem. Houve obras nessa altura por força da necessidade de salvaguardar a albufeira. Esse foco ficou resolvido. Os outros focos têm resultado em queixas da Câmara Municipal para a CCDR, nomeadamente para o pólo do oeste. Permite que os serviços do Ministério do Ambiente tenham dado o devido seguimento a estes mesmos processos.-----

--- O Senhor Deputado Custódio Santos disse que queria que o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomasse em conta o tempo de antena de cada Deputado, e não o tempo de antena de todos.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que isso está escrito no regimento. Decorre da lei a distribuição do tempo. Não é algo de arbitrário que a Mesa tenha presente. Está previsto no regimento. Tem função o número de membros da Assembleia Municipal que cada partido tem, e os eleitores conferiram esse poder, no caso concreto, ao PS e ao PSD, como tendo maior número de representantes. Como é óbvio têm que falar mais vezes e mais tempo.-----

--- Foi guardado um minuto de silêncio pela morte do Prémio Nobel da Literatura, o escritor José Saramago. Procedeu-se à votação do voto de pesar pela morte do Prémio Nobel da Literatura, José Saramago, tendo sido aprovado por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- Foi guardado um minuto de silêncio pela morte do cidadão José Russo. Procedeu-se à votação do voto de pesar pela morte do cidadão José Russo, tendo sido aprovado por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- Procedeu-se à votação do voto de congratulação que foi proposto, relativo ao recebimento de mais uma distinção por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo sido aprovado por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PONTO NÚMERO DOIS – APRECIACÃO E EMISSÃO DOS PARECERES DA PROPOSTA DE RECRUTAMENTO PARA OCUPAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO PREVISTOS E NÃO OCUPADOS NO MAPA DE PESSOAL DE DOIS MIL E DEZ, NOS TERMOS DOS NÚMEROS DOIS E ONZE DO ARTIGO VINTE E TRÊS, DA LEI NÚMERO TRÊS-B, BARRA, DOIS MIL E DEZ, DE VINTE E OITO DE ABRIL: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número seis mil seiscientos e cinquenta e sete, de dezasseis de Junho do corrente ano, remetendo para apreciação e Emissão dos Pareceres da Proposta de Recrutamento para Ocupação e Postos de Trabalho Previstos e não Ocupados no Mapa de Pessoal de dois mil e dez, nos termos dos números dois e onze do artigo vinte e três, da Lei número três-B, barra, dois mil e dez, de vinte e oito de Abril.-----

--- A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que este assunto a coloca numa posição de alguma tensão. Por um lado, está presente na qualidade de Deputada Municipal, e desse ponto de vista tem que olhar para a questão de um determinado prisma. Por outro lado, as funções que desempenha, que são na área do emprego, barra, desemprego, levam-na a ter outro tipo de olhar. Se olhar para a questão profissional e imaginar que as pessoas vão ficar com um posto de trabalho permanente, fica, naturalmente, satisfeita. Do ponto de vista da sua qualidade de Deputada Municipal, preocupa-a as questões orçamentais, as questões do peso, que as remunerações certas e permanentes têm no orçamento da Câmara Municipal. Esta admissão de mais treze pessoas deixa-a apreensiva. Lembrou que a Câmara Municipal tem, se considerarem a Câmara Municipal, mais as empresas municipais, um número extraordinariamente elevado de funcionários. Sabe que não gostam de se comparar com as Caldas da Rainha, mas por ser o Município vizinho, tem que referenciar isso. A soma dos funcionários da Câmara Municipal, mais os das empresas municipais, excede, neste momento, o número de funcionários ao serviço da Câmara Municipal de Caldas da Rainha, considerada a Câmara Municipal, mais os serviços municipalizados. Relembrou que a população de Caldas da Rainha é quatro vezes e meia maior que a de Óbidos, tem uma área maior e tem mais freguesias. Parece evidenciar-se aqui alguma desproporção. Por outro lado, também, as remunerações certas e permanentes. Sabe que o peso é enorme e são mais treze pessoas. Percebe e aceita o facto de não ter que se respeitar a regra do entra dois, saí um. Não deve ser um obstáculo, porque, na verdade, as pessoas que entraram nos últimos anos, tem que ver com as questões escolares. Seria um bocadinho aborrecido estar a considerar esta regra como válida, nesta circunstância, na medida em que a Câmara Municipal é alheia. Ainda que perceba isso, tem alguma dificuldade, na análise que fez, das necessidades e

da justificação apresentada. Parece-lhe que a situação do Veterinário, é obviamente, uma situação a resolver, porque não pode existir um Veterinário Municipal, que esteja a termo resolutivo. Se esse posto de trabalho lhe parece, obviamente, que deve ser criado, sem qualquer dúvida, outros há, na maior parte deles, que não resulta claro daquilo que fica dito, que seja uma necessidade e não possa haver um ajustamento com os mais de quatrocentos e tal pessoas que estão ao serviço da Câmara Municipal, neste momento. Com todas estas dúvidas, era esta observação que gostaria de deixar.-----

--- A Senhora Deputada Anabela Corado disse, no seguimento do que a Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues acabou de dizer, e da análise dos documentos análogos, que, parece-lhe, todo o próprio documento, independentemente da bondade e unanimidade, é pouco justificativo, do ponto de vista concreto. É bastante generalista. Limita-se, na maior parte dos seus itens, a copiar aquilo que está na Lei. Logo no início fala na presunção dos eixos prioritários do Município, não explicando quais são, o que poderá, em bom rigor, levar a questionar as mesmas questões que a Senhora Deputada pôs. Outra das questões que, eventualmente, se poderá pôr, é se não haveria ninguém, na situação de mobilidade especial, para entrar neste rol de pessoas, que é isso que este novo regime legal agora impõe. Estas colocações, posteriormente, ainda podem vir a ser objecto de recurso jurídico. Perguntou se não haverá, em alguns pontos, necessidade de concretizar melhor, determinadas colocações.-----

--- A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que na última sessão da Câmara Municipal, este assunto foi levado, à pressa, e no fim da sessão, porque tinha que ir à Assembleia Municipal. Aí tudo bem. Simplesmente não foi adicionada aos pontos da ordem de trabalhos, no início da sessão, e portanto foi apresentado no termo da sessão, depois de se terem esgotado os pontos da ordem de trabalhos, mais aqueles que tinham sido adicionados de manhã. Portanto, este assunto foi tratado completamente fora de qualquer ordem de trabalhos inicial e inicial mais a adicionada, digamos assim, e na ausência do Engenheiro Machado. Acha que esta prática é lamentável e têm que ser tomadas providências para que, situações idênticas, não voltem a acontecer.-----

--- O Senhor Deputado José Botelho disse que a Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues, mostra-se algo apreensiva, com aquilo que disse serem novos recrutamentos. Do ponto de vista formal, são novos recrutamentos. O que se trata é de admissões novas, de funções novas, na área da educação. Dos treze lugares que estão previstos no mapa de dois mil e dez, as alterações decorrem da norma legislativa imposta pelo PEC. Não é recrutar mais funcionários do que aqueles que já existem. Destes funcionários, em regimes diferentes, em contratos a termo resolutivo e em outras situações, são doze. Trata-se de manter a prestação dos serviços, pelo mesmo número de funcionários e acrescenta-se mais um, na área da educação, por causa daquelas transferências imensas para o Município. Quanto ao mais, são escolhas. Se querem, ou não querem. Têm que saber se querem parar com estas linhas de política de terceira geração, Óbidos Criativa, Crescer Melhor, Saúde Melhor, Parque Tecnológico e a Piscina. São escolhas que têm que fazer. Os funcionários que neste momento estão afectos a esses serviços, são exactamente os mesmos que esses concursos contemplam. E contemplam só por exigência legal. Existe mais um, que vem da área da educação. A comparação que foi feita com o Município de Caldas da Rainha pode assentar numa base de um menos bom, pressuposto. Pela simples razão de que Caldas da Rainha tem as políticas dos anos oitenta, ainda, como prioritárias da acção municipal. As políticas de terceira geração nas Caldas da Rainha, muito simplesmente, ainda não chegaram a ser efectivadas. Caldas da Rainha concentrou os seus recursos nos equipamentos colectivos, nos equipamentos e infra-estruturas, mas ficou ainda aí. Não é de todo em todo estranho, porque têm também uma idiosincrasia, que ela própria, nos anos oitenta, criou. A economia política é focada nesses aspectos, com bom resultado, mas que não incidem sobre

estes aspectos, que exigem também a avocação de recursos a eles. Essa comparação seria do preço custo básico, idêntica, não com o factor de quatro vezes mais da população, mas com o factor das linhas de política municipal, sem excepção, que um e outro município definiram, sendo diferentes as suas prioridades.-----

--- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que o Senhor Deputado José Botelho disse quase tudo, em matéria de despesas. Sendo o PS, às vezes, arrogante, desse património do social, vem agora falar, e concorda com a intervenção da Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues, em matéria de preocupação e de racionalização. Dos treze postos de trabalho, não resulta um acréscimo de despesa, em relação ao ano anterior, salvo a questão que foi indicada para a educação. Mas esta é uma primeira questão dentro do enquadramento geral. Não estão a falar só destas pessoas. Estão a falar para além disso, das pessoas que vão para as áreas de enriquecimento curricular e que entram numa segunda fase deste ponto, que é autorização para alteração do mapa do pessoal. Têm aqui dois níveis em questão. Primeira, a autorização para abertura de concurso, e uma segunda questão que é a autorização da alteração do mapa de pessoal, por força das AEC. São estas as duas alterações. Da primeira resulta que não existe um acréscimo de despesa. Trata-se apenas de uma questão formal, tendo-se que abrir concurso, porque findam contratos de trabalho que estavam a termo. O Município tem uma escolha a fazer, Ou mantém as áreas de intervenção, na área social, na área educativa, na área do saneamento e em outras várias áreas, ou decide deixar de dar esse apoio à população. A Câmara Municipal tem uma visão muito clara, que é de manter todos esses apoios à população. A segunda questão é se vão fazer o enriquecimento curricular por via de outsourcing, recorrendo a algumas empresas, mas correndo o risco de violar a própria regulamentação específica para a área das AEC, ou vão, efectivamente, contratar pelo regulamento que o Ministério da Educação colocou. Se vão por aí, têm, obviamente, de fazer uma alteração ao mapa de pessoal. Aí sim, pode-se entender que no mapa de pessoal, no conjunto dos recursos humanos, existe um acréscimo da despesa. Mas então têm que diminuir na despesa que custearam e que asseguraram, quando faziam estas AEC em outsourcing. De um modo global, não vão ter aumentos de despesa. O facto de terem este pedido de autorização de abertura de concurso, não significa que estejam já a abrir concursos. Como sabem, isto carece de autorização do Ministro das Finanças. Se visa ou não, a autorização em função das condições, para que o Município possa contratar. Daqui resulta a maior segurança. Não estão a procurar violar qualquer regra, mas antes a garantir os recursos para os serviços à população. Se é verdade que a Câmara Municipal das Caldas da Rainha tem quase tantos funcionários, ou tem mais funcionários do que a Câmara Municipal de Óbidos e que tem quatro vezes e meia mais população que Óbidos, também é verdade que o Município de Óbidos investe em cada Munícipe cerca de setecentos e sessenta euros, contra o Município das Caldas da Rainha, que investe duzentos e trinta euros. Esta diferença mostra claramente o paradigma daquilo que é o modelo de uma Autarquia, em comparação com outro modelo de Autarquia. Não se pode pensar em fazer investimento nas pessoas, sem recursos. Isto não vai lá só com dinheiro. A outra unidade de medida, que recomendou que vissem, o relatório, é quanto é que cada funcionário investe nos seus Municípes. Aí vêm que Óbidos investe três vezes mais do que Caldas da Rainha. Estas são unidades, são valores, que, claramente, evidenciam a diferença de estilos. Se o Senhor Deputado José Botelho colocou o assunto do ponto de vista da idiosincrasia de estilos, coloca, o mesmo, do ponto de vista mais concreto e com valores.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Recrutamento para ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal de dois mil e dez, nos termos dos números dois e onze do artigo vinte e três, da Lei número três-B, barra, dois mil e dez, de vinte e oito de Abril, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor e três abstenções, e, em consequência emitidos os seguintes pareceres: - Parecer favorável ao

recrutamento em número superior ao permitido pela regra “uma entrada duas saídas”, conforme determina a alínea b) do número onze do referido artigo vinte e três da Lei número três-B, barra, dois mil e dez, de vinte e oito de Abril. - Parecer favorável à abertura dos procedimentos a candidatos sem relação jurídica de emprego público pré-estabelecida, conforme determina a alínea a) do número onze do mesmo artigo vinte e três da Lei número três-B, barra, dois mil e dez, de vinte e oito de Abril. Mais foi aprovado, por maioria, com a votação acima indicada, a proposta de criação de postos de trabalho relativos às AEC – Actividades de Enriquecimento Curricular, de acordo com a informação do Gabinete de Educação, datado de dezasseis de Junho de dois mil e dez. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO TRÊS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DEFINITIVA DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MELHOR IDADE REDE MUNICIPAL DE CENTROS DE DIA E DE CONVÍVIO, APÓS DISCUSSÃO PÚBLICA: -

Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número seis mil trezentos e cinquenta e nove, de sete de Junho do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação definitiva, a Proposta de Alteração do Regulamento Melhor Idade Rede Municipal de Centros de Dia e de Convívio.-----

--- O Senhor Deputado Custódio Santos disse que gostaria de saber quais são os critérios da alínea dois, do artigo terceiro onde o Município reserva o direito de admissão de utentes, mediante apreciação do processo individual e mediante a capacidade de lotação de cada centro. A alínea três, do artigo décimo, diz que podem prevalecer sobre o previsto nos números anteriores, as disposições dos regulamentos internos das instituições parceiras. Vai votar favoravelmente, só na condição de serem mais favoráveis e se for rectificado estes artigos.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Alteração do Regulamento Melhor Idade Rede Municipal de Centros de Dia e de Convívio, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favos e um voto contra. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO QUATRO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PROTOCOLO ESTABELECIDO ENTRE O MUNICÍPIO DE ÓBIDOS E A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO CONCELHO DE ÓBIDOS: -

Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número seis mil trezentos e dezoito, de quatro de Junho do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Revisão do Protocolo Estabelecido entre o Município de Óbidos e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Óbidos.-----

--- Como não houve intervenções, foi a Proposta de Revisão do Protocolo Estabelecido entre o Município de Óbidos e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Óbidos, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO CINCO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA AO PACTO DOS AUTARCAS – COMPROMISSO PARA AS ENERGIAS SUSTENTÁVEIS E CONFIRMAÇÃO DA DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL:

- Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número cinco novecentos e noventa e um, de vinte se sete de Maio do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta ao Pacto dos Autarcas – Compromisso para as Energias Sustentáveis e Confirmação da Designação do Representante Legal.-----

--- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que está em causa o seu próprio nome.-----

--- Procedeu-se à votação secreta, tendo o nome do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Senhor Eng.º Humberto da Silva Marques, sido aprovado por maioria, com vinte e dois votos a favor, dois votos contra e três votos em branco.-----

--- PUNTO NÚMERO SEIS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA OBITEC – ASSOCIAÇÃO ÓBIDOS CIÊNCIA E TECNOLOGIA: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número seis mil seiscentos e sessenta, de dezasseis de Junho do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Delegação de Competência na OBITEC – Associação Óbidos Ciência e Tecnologia.-----

--- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que este assunto veio à última Assembleia Municipal. Por lapso dos serviços veio para conhecimento, quando devia ter sido para discussão e votação. O que vem hoje à Assembleia Municipal é a sua própria votação.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Delegação de Competência na OBITEC – Associação Óbidos Ciência e Tecnologia, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favor e uma abstenção. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO SETE – PARECER FINAL E DESPACHO REFERENTES À ACÇÃO INSPECTIVA ORDINÁRIA AO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS, PELA I GAL – INSPECÇÃO - GERAL DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL, PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA I) DO NÚMERO UM, DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS, DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI NÚMERO CINCO A, BARRA, DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número seis mil trezentos e noventa e dois, de oito de Junho do corrente ano, remetendo o Parecer Final e Despacho referentes à Acção Inspectiva Ordinária ao Município de Óbidos, pela Igal – Inspeção-Geral da Administração Local, para os efeitos previstos na alínea i) do número um, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco a, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro.-----

--- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal elogiou toda a equipa, que com a Câmara Municipal, tem levado por diante este trabalho. Ter um relatório final com apenas cinco pontos que carecem de alguma explicação e que é até elogioso para a Câmara Municipal, na medida em que, em muitas acções que fazem, em muitas empreitadas, em muitos concursos, em muitos procedimentos, são apenas cinco pontos, dos quais, muitos deles, estão sanados em vias de se sanar. Um, não foi a Câmara Municipal parte resultante do problema. Houve questões que a Igal levantou, no seu parecer final, sobre procedimentos, nomeadamente o facto da Câmara Municipal não ter à época de inspecção dirigentes, nem Chefes de Divisão, nem Directores de Departamento. Hoje, a questão está resolvida. Outra, era a forma de numeração dos processos de recrutamento dos recursos humanos. Era uma questão administrativa, que foi corrigida. Uma outra, que resultava da caducidade do alvará do Bom Sucesso. Já foi dado despacho de caducidade desse alvará, estando em audiência prévia, pelo que não há despacho final. Outra, tem a ver com os restaurantes do Bom Sucesso e que hoje está resolvido. Foi alvo de uma concessão. Houve já pareceres emitidos pela ARH e pela CCDR. Outra, referente ao G cinco. O G cinco foi objecto de uma notificação de uma deliberação de Câmara, para demolição, mas, em virtude de um acto de transacção, que foi impugnada, não havendo ainda decisão do Tribunal Administrativo, a Câmara Municipal não sabe, ainda bem, quem deve notificar, porque o acto da transacção ainda não é definitivo, está em trânsito. Aguardam que seja dada sentença, para depois poderem notificar o dono do G cinco. Outra, tem a ver com o regulamento da publicidade, ocupação do espaço público, que foram já objecto de execução. Estão, nesta altura, na mão de alguns Vereadores para alterarem algumas questões e que, em boa hora, virão a esta Assembleia Municipal para aprovação.-----

--- A Senhora Deputada Anabela Corado disse que elogioso seria o relatório da Igal ter zero pontos a apontar, não só nesta altura, mas em qualquer outra. Isto é transversal para qualquer partido. Se a Igal tem qualquer coisa a apontar é porque viu, ou alguém fez alguma coisa, que não está correcta. Se lhe perguntar se em proporção da obra que se está a realizar, ou da dimensão, é pequena, provavelmente será. Elogioso será a situação zero. Gostaria, em relação à questão do G cinco, de saber, se o prévio imóvel foi vendido por uma empresa a outra, por uma sociedade a outra. Quando fala em transacção, essa transacção foi na pendência de quê e quando. Percebeu que a transacção é do imóvel. Percebeu porque é a natural dúvida de quem se deverá notificar. Existe uma regra que é, mais vale o excesso de forma do que o defeito de forma. Em caso de dúvida, mais vale notificar os dois, e depois cada um que se defenda como entender. O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal referiu-se a um problema que não deram origem. Mas foram co-responsáveis, porque o Vereador do PSD votou a favor. Depois houve uma sentença, que parece que andou perdida, e da qual dizem não ter culpa de ela ter andado perdida, mas da qual, efectivamente, não houve recurso. Poderia ter havido, com um resultado bom para a Câmara Municipal. Depois foi dada uma ideia, e se calhar percebeu mal, de que, efectivamente, a Igal ordenava a demolição. A Igal nunca ordenou a demolição dos imóveis. O Tribunal, apenas o que decretou, o que sentenciou, foi no sentido de declarar nulo o despacho que emite a licença. Entretanto o que é que a Câmara Municipal aqui poderia fazer? Ou negociava, como os Senhores fizeram, e tentava que houvesse um acordo, ou então, dar ordem de demolição, consoante fosse a melhor decisão para o erário público. Apesar das várias insistências que houve, e após muitos desentendimentos, pareceu-lhe aqui que os proprietários, pelo menos um, pelo que tem conhecimento, terá alguma razão no sentido de dizer que a Câmara Municipal lhe exigia, praticamente, o licenciamento de um prédio novo, para repor a legalidade da situação. Quem deu origem a esta situação, foi a Câmara Municipal, e esta não facultou a redução das taxas e licenças. A Câmara Municipal, como não tinha outra hipótese para repor a legalidade, e só nessa situação, vê-se obrigada a dar ordem de demolição. Essa ordem de demolição continua pendente. Neste momento existem acções, no valor de milhões de euros, contra a Câmara Municipal, e pedir indemnização. Ou seja, no entender do PS, houve aqui claramente, um não acautelamento dos interesses do Município. Mais vale um mau acordo do que não haver nada. A Câmara Municipal pode-se ver a braços com uma obrigatoriedade de pagamento de acções de milhões de euros de indemnização. Queria saber também, se a Igal já foi informada da existência destes processos.-----

--- O Senhor Deputado Rui Henriques disse que, relativamente às palavras da Senhora Deputada Anabela Corado, zero reparos seria perfeito e não elogioso. Face ao momento actual, face às exigências existentes, face ao trabalho que foi desenvolvido por esta Autarquia e pelos factos já referenciados pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, o Grupo Municipal do PSD congratula a Câmara Municipal pelo trabalho desenvolvido e também pela rápida aceitação e mobilização, no sentido de proceder aos esclarecimentos necessários e às rectificações, também necessárias e no devido tempo. Nesse sentido deu os parabéns à Câmara Municipal pelo trabalho que tem desenvolvido e a todos que trabalham e colaboram com a mesma.-----

--- A Senhora Deputada Anabela Corado acha que é de lamentar este comportamento, não só desta Câmara Municipal, como se fosse do PS ou do PCP, que é, a Igal pede esclarecimentos, a Câmara Municipal não responde, omite, ignora, e depois, mais tarde e fora do tempo, vem dizer que podia não ter respondido, poderia não ter contestado, mas respondeu fora do tempo, insultando e chamando incompetentes, por palavras diplomáticas, às Senhoras Inspectoras. Outra coisa, verdadeiramente extraordinária, é que a oposição é que devia estar sujeita a investigação da Igal, porque foram eles é que impediram que a Câmara Municipal cumprisse as ordens da Igal. Pensa que não é muito ético vir dizer coisas que, obviamente, sabem que não

corresponde à verdade. A Câmara Municipal acaba por final mal vista, e não é com vinagre que se apanham moscas. A melhor forma que têm de resolver as coisas é dar-lhes sempre razão, e aí levam sempre a água ao seu moinho. O Senhor Presidente da Câmara Municipal responde fora de prazo e ainda por cima, insulta a competência das Senhoras Inspectoras, e que a culpa incumprimento é da oposição.-----

--- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que a Câmara Municipal não foi insultuosa para as Senhoras Inspectoras. Foi para deixar bem claro, e que isto fique claro, que a Câmara Municipal respondeu no devido tempo, mostrou provas, inclusivamente, à Igal, da data da resposta, cujo processo andava perdido na Igal. Quando os notificam por falta de colaboração e lhes pedem, nesses termos, até a perda de mandato, do Senhor Presidente da Câmara Municipal, por não colaborar e partilhar informação, é exactamente, nesses termos, que dão a resposta à Igal, que a resposta foi dada em devido tempo e que, telefonicamente, a Senhora da Igal acabou por pedir desculpa pelo incómodo que lhes tinha causado. O PS, curiosamente, tem um membro na Assembleia Municipal, que se repararem é quem faz o despacho do relatório final, que sabia no momento em que estavam aqui a deliberar, ou na Câmara Municipal, o acto da notificação da demolição, que já havia um despacho do Senhor Secretário de Estado a solicitar a perda de mandato da Câmara Municipal por falta da regularização da situação. A questão que coloca é uma falsa questão. O PSD e a Câmara Municipal quando se apercebe que há aqui uma espécie de manigância barata, naturalmente, depois de conhecer o despacho do Senhor Secretário de Estado, não resulta outra coisa, se não informar a Igal do que é que a oposição queria que a Câmara Municipal PSD fizesse. Em bom rigor, o que a Senhora Deputada continua a sugerir é que a Câmara Municipal não tivesse ordenado a demolição, tivessem incorrido em crimes que dessem em perda de mandato, e hoje, provavelmente, teriam aqui uma outra Câmara Municipal. Mas como tratam a Lei pela Lei, foram obrigados a regularizar esta situação, criada pelo PS, por mais que isto lhes custe. Ao contrário do que diz, não foi o Tribunal que mandou demolir. Quem mandou repor a legalidade foi a Igal. O que disseram nessa altura e, inclusivamente, em conferência de imprensa, foi que se não fizessem, incorriam em perda de mandato. Contra isso o PS fez uma corrente de que custa mais demolir, que vão ter ali a mesma coisa, que a Câmara Municipal está fazer uma coisa que pode incorrer em milhões de euros de indemnização. É uma falsa questão. Mostrem uma escritura feita sobre as vendas e sobre a alienação desse património. Haja uma pessoa que mostre o direito de superfície. O que o PS faz é procurar amedrontar a população. Enquanto estiverem na Câmara Municipal não vão privilegiar privados em detrimento do interesse público. Não vão estar aqui à espera de reduzir taxas, e mais taxas, para pessoas que incorreram, também elas próprias, nessas próprias ilegalidades. O auto de embargo foi, como o Tribunal disse, bem feito. Foi feito porque havia construção ilegal. Se há aqui prevaricadores, não é a Câmara Municipal. Não pode o interesse público ser prejudicado em nome de privados. Muita coisa a Câmara Municipal fez. Uma alteração do PU Turisbel / Casalito, para repor a legalidade. Vem agora querer dar lições sobre o que deveria ser feito. Querem patrocinar acções judiciais contra a Câmara Municipal. Foi a venda do lote G cinco que foi impugnada.-----

--- A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que não percebeu o alcance da expressão utilizada pelo Senhor Vice-Presidente Câmara Municipal, quando falou da manigância barata. Não percebeu e gostaria que explicitasse o alcance dessa observação, que lhe parece de menos bom gosto. Se calhar ao contrário do hábito de algumas pessoas, e não está a acusar ninguém, prezam todos nas funções que desempenham, profissionais e aqui políticas, de separar muito bem as águas das suas actividades. O Senhor Deputado Luís Carvalho, na altura era Chefe de Gabinete do Senhor Secretário de Estado das Autarquias, sabe, exactamente, qual é a fronteira e portanto exerceu as suas funções com todo o profissionalismo e com toda a isenção.

Se a questão da manigância barata, que referiu, tinha que ver com o Senhor Deputado Luís Carvalho, que está ausente, opõem-se, veementemente, a esse tipo de interpretações. Aquilo que a sua colega Anabela sublinhou e que os chocou, foi a observação feita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, na resposta que faz à Igal, no fundo, fazendo uma queixa, entre aspas, do Senhor Vereador José Machado, na altura único Vereador da oposição, e de eles próprios, como tendo obstaculizado a ordem do Município. É evidente que a posição do PS é uma posição política, ninguém está à espera que tenham actos administrativos. Não é essa a sua função, nem estão no poder. Omite-se, nesta crítica que se faz, que o Senhor Vereador José Machado, sugere a diminuição ou a isenção de taxas, para resolver o problema. Também diz, que em termos dos arruamentos e do tratamento dos espaços exteriores, que não se pode obrigar que sejam os três empreiteiros, em conjunto, a fazer esse tipo de actividade, porque um deles estava falido. Ninguém pode obrigar à entidade que gere a massa falida a apresentar projectos que resolvam esses problemas. Quando se conta a história, tem que contar a história toda, que é para as coisas ficarem claras. A posição do Senhor Vereador José Machado foi de uma enorme prudência e de um enorme equilíbrio. Se aquilo que é autorizado fazer-se é sensivelmente aquilo que lá está, com a demolição de um piso suplementar que está ilegal, é muito mais fácil e poupa-se muito mais, aos empreiteiros, aos privados e também ao erário público, se houver indemnização. Quando falam, falam com toda a clareza, com toda a transparência e contando tudo. Parece que é isso que não aconteceu neste caso, nomeadamente na resposta que o Senhor Presidente da Câmara Municipal dá à Igal.-----

--- A Senhora Deputada Anabela Corado pediu que constasse em acta a questão manigância barata, para depois o Senhor Deputado Luís Carvalho proceder conforme entender. Relativamente ao lote G cinco, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal falou numa transacção. Perguntou, e não ficou esclarecida, se essa transacção foi uma compra do imóvel, entre quem e em que fase processual, para depois se perceber porque é que há impugnação. Percebeu porque é que têm dúvidas em notificar. Agora, a transacção, não percebeu. Só precisa de saber em que fase processual é que se deu a transacção, se já havia processo em Tribunal de indemnização, se não havia, e entre que empresas é que foi, que é para depois perceber porque é que há impugnação. Isto deve ter uma explicação plausível.-----

--- O Senhor Deputado José Botelho disse que lhe parecia que estavam na apreciação de um relatório de inspecção ordinária da Inspecção-Geral da Administração Local, às regras e aos procedimentos de regularidade e de legalidade, observados, ou não, pela Câmara Municipal. Uma inspecção não é estarem aqui a discutir o mérito disto ou de aquilo e, sobretudo, de processos judiciais pendentes, que correm os seus termos no Supremo Tribunal Administrativo, se houve, ou não, notificação, se vão ter, ou não, indemnizações. Não temos que estar aqui a discutir o mérito destas soluções. Têm é que saber o que aconteceu neste relatório de inspecção da Administração Local, que, relativamente às irregularidades e às ilegalidades da Câmara Municipal, relativamente à forma como tem feito a gestão e a organização das questões urbanísticas, que foi o mais focado. Ficam muito satisfeitos, que num relatório da inspecção se apontem, apenas é só, três ou quatro situações de natureza puramente processual. Estão a andar bem. Sujeitam-se a estas inspecções, cujas conclusões não podem ser mais simpáticas e mais confirmativas da maneira como a diligência processual e a aplicação rigorosa dos critérios legais, tem vindo a pautar o funcionamento desta Câmara Municipal. Uma palavra especial aos serviços jurídicos que tem tido nisto um trabalho fantástico. Estão todos muito satisfeitos. Só não fica satisfeito, porque na Assembleia Municipal é que se discute o relatório final e a inspecção ordinária da Igal, que é motivo de grande satisfação, e vêm aqui discutir o G cinco, que é uma coisa que existiu no tempo do Pereira Júnior e que tem barbas. Foi uma grande borrada a decisão do Pereira Júnior, foi. Vamos ou não vamos e estamos a suportar as

consequências desse mau acto de gestão, estamos, como ele próprio o reconheceu e suportou, já na fase final do mandato. Discutir o mérito, como se o PSD actual tivesse que dar satisfações daquilo que a gestão do PS anterior fez e nos tempos em que todos sabem que fez. O G cinco só mancha a gestão do planeamento urbanístico do Município de Óbidos à época. Era melhor que se remetessem ao silêncio nestas questões, em que a culpa é inteiramente solteira e apreciassem o relatório da Igal, relativamente às regras e aos procedimentos da Câmara Municipal quando houve a inspecção ordinária. Na questão das actas da Assembleia Municipal faltava a assinatura do seu Presidente. Pensa que teria sido melhor centrarem a discussão naquele ponto que lhes foi posto para apreciação.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

--- PUNTO NÚMERO OITO - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM A ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI NÚMERO CINCO A, BARRA, DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO: -----

--- Como não houve intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

--- PUNTO NÚMERO NOVE - PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: - Foi dada a palavra aos Municípes presentes.-----

--- Usou da palavra a Munícipe Isabel Maria Lobo de Azevedo Noronha, residente em Óbidos. Disse que nos últimos anos, em Óbidos, tem vindo a reparar que, para além das moscas, dos bichos-de-conta, das teias de aranhas, etc., estão a assistir a uma invasão de insectos estranhos. Quando diz estranhos, pode, eventualmente, reconhecer alguns, que a preocupam. Têm uma autêntica praga de traças dentro da Vila de Óbidos. Têm diversos tipos de moscas, que não têm nada a ver com os moscos da fruta. São umas moscas muito pequenas, que ao cair da tarde pousam nas superfícies brancas e são extremamente incomodativas. Têm uma enorme praga de mosquitos, muito gigantescos. Tem dúvidas se eles, eventualmente, poderão causar alguma espécie de doença tropical. Fala nisto, porque viveu muitos anos em África, e preocupa-a a questão da dengue, da malária, que é transmitida pela fêmea do mosquito anofélico, entre outras. No largo Beneficiado Seixas existe um prédio, do qual é proprietário a Câmara Municipal, que está num estado degradante, de tal ordem, que qualquer vento mais forte, ou um temporal, vão causar uma derrocada, que deverá estar eminente. Está questão é de segurança, e preocupante. Tem verificado, nos últimos anos, que o piso, dentro das muralhas se encontra extremamente gasto. Houve queixas e pessoas. Tem havido inúmeras pessoas que caem nas ruas. O que a Câmara Municipal pensa sobre esta questão e se haverá a possibilidade de a pedra, em certos locais, ser picada. Há algumas semanas viu na televisão que ocorrer a queda de um cidadão japonês, tendo ficado em estado grave. Perguntou como estava o passadiço das muralhas e o seu acesso e se está previsto algum tipo de segurança.-----

---A Doutora Ana Elisa Vieira da Silva, Presidente da Associação Nacional de Médicos Veterinários dos Municípios e Membro Consultivo da Ordem dos Médicos Veterinários na área do bem-estar e saúde animal. Como foi referido existe o Decreto-Lei número cento e dezasseis, barra, noventa e oito, que refere as actividades do Médico Municipal. São em geral, garantir o bem-estar e a saúde animal, a saúde pública e a qualidade e segurança alimentar. Também a contribuição para projectos de investigação científica, a salvaguarda da biodiversidade, o desenvolvimento rural e ajuda aos produtores locais, foco de iniciativa e empreendedorismo, bem como salvaguarda da segurança dos cidadãos, na questão dos ataques dos cães vadios ou errantes. Congratulou todos os Autarcas e decisores políticos, que estão cada vez mais atentos e sensíveis aos temas relacionados, não só com os animais, mas com tudo o que gira à volta dos

Médicos Veterinários, através do seu reconhecimento público e valorização dos mesmos, nomeadamente, constatando até nesta Assembleia Municipal que foi feitos comentários, perguntas e questões sobre o canil, o Veterinário, etc.. O Médico Veterinário Municipal de Óbidos é associado da Associação e é um dos seus modelos. É um profissional extraordinário. Nunca tiveram algum reparo de Municípes ou utentes do Concelho de Óbidos, sobre o Médico Veterinário. Tem tido uma disponibilidade completa e excelente. Não haver um Médico Veterinário Municipal ao serviço de um Município, parece-lhes inqualificável. Não entendem como é que existem Municípios que não têm Médicos Veterinários Municipais. Provavelmente, em vez de terem os animais recolhidos, reabilitados e mandados para adopção, sabem que são mortos, com tiros de caçadeira, envenenados com iscos, afogados num poço. Esta realidade existe em Portugal. Todos os Concelhos que entendem isto como actividade política, são de realçar. A criatividade, a inovação e o investimento que tem sido feito na área da medicina veterinária no Concelho de Óbidos, tem sido, de facto, muito gratificante. Óbidos serve-lhes como exemplo numa apresentação que tem, em que identificam as várias funções e actividades do Médico Veterinário Municipal. Têm a sensação que este Concelho é sensível e estratégico perante estas áreas. Destacou o plano de emergência da gripe aviária, a recolha de animais vadios ou errantes e a existência do canil municipal. Faz a campanha da vacinação anti-rábica, bem como o controle de outras doenças. Realçou toda a monitorização de arrojamentos de animais marinhos que se faz em Óbidos. O Veterinário tem articulado com os Serviços Veterinários oficiais, e o canil de Óbidos tem servido como espaço de sequestro sanitário de animais provenientes de países terceiros. Foi elaborado o regulamento sobre posse, circulação e detenção de animais no Município de Óbidos. É importante que o Veterinário Municipal exista. Tem havido um trabalho de equipa entre o Veterinário e os Autarcas. A questão é a contratação do colega. A Associação não tem qualquer dúvida sobre a mais-valia da continuação e da riqueza que traz a um Concelho.-----

--- O Doutor José Marques, disse que está aqui na sequência dos resultados da reunião do dia quatro de Junho do corrente ano. Em relação ao Hospital Oeste Norte, a resolução do Conselho de Ministros de vinte e oito de Agosto de dois mil e oito, adopta o Programa de Acção para os Municípios do Oeste e Municípios da Lezíria do Tejo a realizar entre dois mil e oito e dois mil e dezassete, confirmando-o como um instrumento regional de carácter estratégico. Este programa de acção inclui o novo Hospital Oeste Norte, com um investimento da Administração Central de oitenta a cento e vinte milhões de euros. Passado mais um ano, o plano do Hospital Oeste Norte devia de ser concluído em cinco meses. O Hospital Oeste Norte foi impedido de cortar a meta. Só faltava um passo para concluir os mil quilómetros, iniciados em Setembro de dois mil e um. Não há palavras. José Saramago definiu o hospital como uma parte de saber, uma parte de amizade, uma parte de respeito. Está aqui em nome do Oeste dois mil e vinte, destino turístico de Excelência de Portugal. Em nome de mais qualidade de vida para duzentos e cinquenta mil Oestinos. Está aqui em nome de duzentas e cinquenta camas, a vinte e cinco minutos de duzentas e cinquenta mil pessoas em nome de uma alavanca potenciadora do desenvolvimento turístico do Oeste. Lamenta ter de estar aqui, mas não tem o direito de desistir, quando a construção do nosso futuro colectivo está gravemente comprometida e em causa. Está aqui, porque entende que depois de dois anos de promessas o Hospital Oeste Norte não pode ser deitado ao chão. Sim, quer contribuir para o Hospital Oeste Norte levantado do chão. Acredita que os ilustres Autarcas, embora tendo-lhe tirado o sono, irão contribuir, hoje, de forma afirmativa e determinada para a concretização do Hospital Oeste Norte. Só vale a pena ser Autarca do futuro, porque o Autarca de ontem, não garante mais qualidade de vida para os fregueses, mesmo que vá ganhando eleições atrás de eleições. É preciso reinventar a gestão autárquica. Pensar regional. Pensar nacional, Pensar global. Este projecto cria quinhentos postos

de trabalho directos e indirectos durante dois anos. Thomas Friedman termina o seu livro “o mundo é plano” com o seguinte desafio: O mundo precisa da geração dos optimistas estratégicos, a geração com mais sonhos do que memórias, a geração que acorda todas as manhãs e não só imagina que as coisas podem melhorar mas também faz todos os dias qualquer coisa por essa imaginação. É inovador no processo de concentração de recursos, no conceito e na rede integrada de cuidados hospitalares. É o primeiro de concentração de três em um, em Portugal. Exemplo a seguir por outras regiões de forma a ser garantida a sustentabilidade do SNS. Sabem que o Hospital de Caldas da Rainha é de mil novecentos e sessenta e sete, o de Alcobaca é de mil oitocentos e noventa e o de Peniche é de mil novecentos e oitenta e seis. No CHMT há três hospitais para duzentas e vinte mil pessoas. Abrantes, mil novecentos e oitenta e cinco, Torres Novas, dois mil e Tomar, dois mil e dois. Ali sim, um erro estratégico grave, inimigo do país e das contas públicas. Os défices acumulados do CHMT desde dois mil e cinco pagavam os cem milhões de euros necessários para a edificação do HON. O último presidente da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, médico, propôs, em dois mil e cinco a implosão dos três hospitais e a edificação de um só. O Oeste Norte é a região do país com menos camas hospitalares por mil habitantes. Depois de dois mil e um, estar neste ponto é insustentável, é injusto, é a negação da visão estratégica a que estão obrigados como líderes municipais e regionais. O Oeste é plano. Se não há fronteiras entre países, como imaginar fronteiras entre Concelhos para projectos de elevado interesse regional. Acredito no vosso saber estratégico, na vossa decisão a favor do HON e capacidade de perceber da emergência desta oportunidade. Está na hora. Estamos atrasados mais de quatro anos. Pensou a inauguração para dois mil e seis. O tempo urge. Só há duas alternativas. Ou os Autarcas se posicionam no caminho do futuro, ou regressam ao passado insustentável. Deixar cair o HON é perder a construção do Oeste e comprometer a dinâmica e a força necessárias na corrida para a sustentabilidade dois mil e vinte. Deixou o desafio à Oestecim de recuperar o documento assinado por unanimidade, a favor do HON e enviá-lo ao Senhor Primeiro Ministro, Ministério da Saúde, Ministério das Finanças e Administração Pública e Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações sem mais ziguezagues e hesitações, até final do corrente mês. Há pelo menos duzentas e quarenta e nove mil pessoas que não compreendem outra atitude e solução. É preciso honrar os processos e os compromissos. Paulo VI disse: Homens sede homens. Ele diz: Autarcas sejam Autarcas. Sede construtores de mais futuro e melhor futuro para todos os fregueses do Oeste. O passado não se gere. O presente também não. Resta-lhes o futuro para gerir. Acredita no Oeste. Espera a assunção de todos, sem rodeios, da liderança do oeste a caminho de dois mil e vinte para vencer os desafios que têm pela frente. Está confiante que os Autarcas serão parte da solução e não parte do problema. O HON é um contributo do oeste para alavancar a região e Portugal. É preciso dar esperança aos Oestinos e a todos os portugueses. Só as boas de decisão permitem respeitar o passado, honrar o presente e construir o futuro. Vivem hoje o resultado das más decisões do passado. É um prazer enorme estar nesta Vila. Deixou a sugestão de poder ser criado um parque temático, a que chamaria Óbidos Medieval Campus, da história de Portugal e da época medieval.-----

--- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal agradeceu a última intervenção. Teve oportunidade de ver a vontade e o sonho deste cidadão, que sonhou, desenvolveu, fez crescer uma ideia. Continua a lutar por ela. Congratulou-se pela dedicação a uma coisa que acredita. O Município de Óbidos não consegue imaginar um pólo turístico no oeste sem uma rede de cuidados de saúde e sem ter um hospital à altura das resposta para aqueles que os procuram. Os Autarcas não foram a causa do problema. Foi um pretexto utilizado por quem tem obrigação de tomar decisões. Sobre o Veterinário Municipal disse que o mesmo é objectivo de concurso, nas regras de concurso, o melhor terá que vencer. Sobre a intervenção da Muniçipe Isabel Noronha

disse que foi lançada uma candidatura para recuperação desses imóveis, no âmbito das habitações criativas.-----

--- A Senhora Vereadora Rita Zina disse que o processo de procedimento está em fase de conclusão e brevemente vão fazer essa adjudicação, não só dessa casa, mas também de outras que existem no local. Sobre a muralha disse que foi solicitada a deslocação dos técnicos da Direcção-Geral da Cultura. O relatório só chegou agora e diz que a mesma não lhe está adstrita. Vão procurar outras formas para fazer uma intervenção na muralha.-----

--- Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas uma horas e trinta e cinco minutos, do dia vinte e seis de Junho do corrente ano. E eu, José Luís Rocha de Oliveira, Primeiro Secretário desta Assembleia Municipal, lavrei esta acta que vou assinar.-----